

**DIRETRIZES PASTORAIS PARA UMA
POLITICA INDIGENISTA**
Proposta apresentada:GTI
Data da Reunião: 10 e 11/08/93
Sessão: II do dia 10/08/93
Assunto Principal: *Diretrizes Pastorais*
Para uma Política Indigenista

HISTÓRICO

A missão entre os povos indígenas sempre foi um desafio para a Igreja Metodista podendo ser remetida para os tempos de João e Carlos Wesley que declaram, na missão que dirigiram na Geórgia-EUA que os indígenas tinham vida mais exemplar que os próprios cristãos, seus paroquianos.

Os primeiros missionários metodistas, vindos dos Estados Unidos, justificavam, em 1832, sua atuação no Brasil porque "a dominação católica romana e a intolerância dela para com os protestantes não era menos cruel que o tratamento com os indígenas, privando-os de sua liberdade e independência".

No Brasil, a história da missão metodista entre os povos indígenas pode ser dividida em 4 fases:

1ª Fase:

Em 1928 foi organizada a "Associação de Catequese", que se denominou Missão Caiuá com o respaldo da Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja Metodista.

Para esse fim foram liberados pela Igreja Presbiteriana do Brasil, um pastor e uma educadora; pela Igreja Presbiteriana Independente, um agrônomo e pela Igreja Metodista, o médico Nelson Araújo e o técnico agrícola Francisco Brianezi, que mais tarde trabalhou como auxiliar de enfermagem e posteriormente tornou-se pastor da Igreja Metodista.

A atuação do Dr. Nelson Araújo só foi possível pela contribuição da Federação Metodista de Mulheres, porque sua proposta de serviço não foi priorizada no orçamento da Igreja.

Foi nesse caminho que se encontraram e se casaram, dona Aurea, a educadora presbiteriana e o Pastor Francisco Brianezi. Dona Aurea tornou-se metodista, tem hoje 80 anos e mantém seu compromisso de defesa e amor aos povos indígenas.

Em 1946 a Igreja Metodista se retirou oficialmente da Missão.

2ª Fase:

Em 1971 o pastor Scilla Franco foi enviado a Dourados (MS) para trabalhar na Igreja local e dirigir um Plano Piloto da Igreja Metodista, de apoio e acompanhamento a pequenos agricultores.

Em 1972 foi reiniciado o trabalho entre os indígenas com os recursos finais deste Plano Piloto. A Igreja Metodista se comprometeu a não fazer proselitismo entre os índios e a buscar uma conversão da própria Igreja para a causa indígena.

Através do exemplo e da pregação do Rev. Scilla Franco, houve um despertar de lideranças da Igreja Metodista para a solidariedade com as lutas dos povos indígenas.

Foi criada na Sede Geral da Igreja uma equipe de apoio (Rev. Correia, Rev. Sérgio Marcus, Rev. Thimóteo e a professora Lídia dos Santos), que foi a precursora do GTI - Grupo de Trabalho Indigenista. Neste grupo iniciou-se a preocupação com uma pastoral específica para tratar da causa indígena.

3ª Fase:

Em 1977 o pastor Scilla, por motivo de saúde, foi substituído pelo agrônomo Aureo Brianezi. Procurou-se, nesta época, o intercâmbio ecumênico, através da criação com missionários de Igrejas - irmãs, do GTME-Grupo de Trabalho Missionário Evangélico.

A partir daí a Igreja começou a assumir o Plano Piloto como "Missão Tapeporã". O "projeto" se identifica como de apoio agrícola e se desdobra em vários subprojetos, aumentando sua área de atuação.

Iniciou-se uma integração com outros trabalhos regionais ligados à questão indígena (Conselho Indigenista Missionário, Projeto Kaiowá-Nãndeva, Missão Caiuá e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

4ª Fase :

Em 1983, o Conselho Geral transformou a Equipe de Apoio da Missão Tapeporã no Grupo de Trabalho Indigenista (GTI), baseado na percepção de que era preciso existir na Área Geral da Igreja, um grupo de pessoas que se envolvesse mais diretamente com a questão indígena.

Antes mesmo de se ver transformada em GTI, a Equipe de Apoio à Missão Tapeporã elaborou e apresentou ao Conselho Geral uma proposta para a definição de uma política indigenista que lhe desse - e a quaisquer outros projetos que a Igreja viesse a estabelecer no futuro entre os índios, as diretrizes para o trato das grandes questões que estão embutidas nessa problemática: a exploração econômica dos índios, o preconceito racial, a perda dos territórios imemorialmente ocupados, a destruição da cultura, o assassinato de indígenas, os abusos sexuais contra a mulher indígena, as linhas para o diálogo interreligioso e o papel da missão metodista entre os índios, etc. No mesmo ano, o Colégio Episcopal aprovou o documento "Bases para uma Política Indigenista da Igreja Metodista" e o agrônomo Aureo Brianezi foi substituído pelo casal de pastores Paulo Silva Costa e Maria Imaculada Costa.

Atualmente a Igreja Metodista desenvolve várias ações de serviço e solidariedade entre os povos indígenas: Macuxi (RR), Krenak (MG), Guarani Mbwa e Tupiniquim (ES), Tapeba (CE), Pataxó (MG), Kaingang (RS), Guarani-Kaiowá, Terena e Guarani-Nāndeva (MS), Kiriri (BA), Kanamari (AM) e Zuruaha (AM).

POLÍTICA INDIGENISTA

1. A posse da Terra:

A terra é garantia da alimentação, da saúde, da alegria, da celebração, da memória das lutas de resistência e da esperança dos povos indígenas. Lutar pela terra é lutar pela vida pessoal e comunitária e por um futuro com dignidade.

Nas últimas décadas, os detentores do poder econômico e político investiram na desarticulação dos povos indígenas, no sentido de dominá-los e desapropriá-los de seus direitos, assim como negam-se a demarcar e a garantir o pleno usufruto das terras.

A Igreja Metodista buscando ser testemunha de Deus, Senhor da Vida, compromete-se a:

- apoiar a luta pela posse definitiva das terras que, por direito, são legítima herança dos povos indígenas;
- denunciar e condenar qualquer invasão ou tentativa de invasão a dessas terras;
- reiterar o direito dos povos indígenas às suas terras, incluindo o subsolo, o ar, as águas e todos os recursos naturais dele provenientes.



2. Os direitos dos povos indígenas:

A Igreja Metodista reconhece que a América, antes da chegada dos europeus, foi espaço de desenvolvimento de diversas civilizações, sofrendo, depois, um dos mais sangrentos processos de conquista da história que causou genocídio de povos inteiros e a destruição de muitas culturas; tudo isso com a omissão, legitimação e participação das Igrejas Cristãs.

Não podem os metodistas, no entanto, herdeiros da tradição de João e Carlos Wesley, deixar de erguer a voz de protesto, veemente, contra as brutais violações dos direitos coletivos dos povos indígenas, de forma direta ou indireta, no passado e agora.

A Igreja Metodista em seus diversos níveis de organização (local, regional e geral) estará sempre atenta a todas e quaisquer formas de desrespeito destes direitos, enfatizando os seguintes:

- A posse da terra /
- A autodeterminação /
- Os direitos constitucionais de acesso aos serviços de saúde, incluindo o reconhecimento e o respeito à medicina tradicional de cada povo /
- O direito à educação, incluindo a educação adequada a cada cultura e a escolarização bilíngue/
- A liberdade e a segurança pessoais e a livre expressão religiosa e cultural.

3. A autodeterminação dos povos indígenas:

A Igreja Metodista reconhece que cada povo é sujeito e protagonista de sua própria história. Por isso todas as missões e todos os espaços de solidariedade assumidos pela Igreja têm o propósito de fortalecer os princípios de autodeterminação que os povos indígenas projetam e constroem historicamente (p. ex: organização sócio-política, leis próprias, criação e educação dos filhos, identidade cultural e espiritual).

4. Uma pastoral de Convivência:

A Igreja Metodista desde seus pioneiros João e Carlos Wesley tem sido chamada a aprender com os índios em diálogo e respeito, e a servi-los em humildade e solidariedade no espírito de amor de Jesus Cristo e afirma sua responsabilidade cristã pelo bem-estar integral das pessoas como decorrente de sua fidelidade à Palavra de Deus expressa nas Escrituras do Antigo e Novo Testamento. Portanto, a Igreja entende *que*:

"A- A evangelização, como parte da Missão, é encarnar o amor divino nas formas mais diversas da realidade humana para que Jesus Cristo seja confessado como Senhor, Salvador, Libertador e Reconciliador. A evangelização sinaliza e comunica o amor de Deus na vida humana e na sociedade através da adoração, proclamação testemunho e serviço."
(Cânones da IM-PVM- pag 87)

B- Que pastoral de convivência pressupõe estar presente na comunidade indígena, participando na vida cotidiana, sem uma proposta previamente elaborada, mas aprendendo e descobrindo com cada povo. "Isto inclui conhecer a maneira como as pessoas vivem e se organizam, são governadas e participam politicamente, e como isto pode ajudar ou atrapalhar a manifestação da vida abundante"- (Cânones I.M.-PVM pag 69/92)

C- Que o Evangelho só constitui boas novas para os povos indígenas se ajuda-los a fortalecer as suas próprias culturas, a refazer os seus direitos sobre a terra e a recobrar a dignidade que os filhos e as filhas de Deus possuem. "Há a necessidade de apoiar as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana" (Cânones da IM- PVM, pag 14)

5. Ecumenismo prático:

"A busca e vivência da unidade da Igreja, como parte da Missão, não é optativa mas uma das expressões históricas do Reino de Deus. Ela procede do Senhor Jesus e é realizada por meio do Espírito Santo através da rica diversidade de dons, ministérios, serviços e estruturas que possibilitam aos cristãos trabalharem em amor na construção do Reino de Deus até a sua concretização plena (Jo 10.17; 17.17-23; I Co 1.10-13; 12.4-7, 12 e 13; Ef 4.36; Fl 2.10-11)" (Cânones da Igreja Metodista, PVM- pag 90/92)

Desde suas primeiras iniciativas missionárias entre os povos indígenas do Brasil, a Igreja Metodista caracterizou-se por um ecumenismo vivo e fraterno com outras Igrejas Cristãs, pelo respeito à tradição histórico-cultural e religiosa dos povos indígenas e recusa ao evangelismo proselitista.

Por isso a Igreja Metodista reafirma que toda Missão Indigenista não é um fato isolado ou paralelo mas é uma caminhada conjunta de forças solidárias dentro e fora da Igreja, pressupondo assim:

A articulação solidária dos diversos ministérios da Igreja (local, regional e geral);

a ação conjunta das Igrejas cristãs comprometidas com a causa indígena, e



a articulação entre as Igrejas, os movimentos e organizações populares de dentro e de fora das Igrejas, nacionais e do exterior, solidários aos povos indígenas.

"É somar esforços com outras pessoas e grupos que também trabalham na promoção da vida (Mc 9.38-41; At 10.28, 15.8-11)" (Cânones da Igreja Metodista PVM- pag 70/92)

"Participação em organizações cristãs de nível nacional, continental e mundial, visando a uma ação profética comum". (Cânones da Igreja Metodista PVM-pag 92/92)

6- A Contribuição da Missão Indigenista à Sociedade:

A Igreja entende que trabalhar na Missão de Deus é:

"trabalhar para o Senhor do Reino num mundo espremido pelas forças do pecado e da morte, participando, como comunidade, com dons e serviços para o nascer da vida (Jr 1.4-10; Fp 1.18-26, 3.10-11; II Tm 1.10; I Jo 3.14)" (Cânones da Igreja Metodista, PVM- pag 70 item 1).

A Igreja Metodista vê com preocupação a destruição da biodiversidade e a fragilização da diversidade sócio cultural dos povos indígenas, como intrinsecamente ligadas entre si.

Quanto à riqueza inigualável da biodiversidade de nosso país que por milhares de anos serviu de fonte de alimento e garantia de vida a centenas de povos nativos, hoje, não somente se desconhece seu valor, como está submetida a um processo sistemático e contínuo de depredação. A riqueza inigualável da sóciodiversidade dos povos indígenas de nosso país manifesta em sistemas de vida, nos valores, na medicina, na alimentação, na arte e música, na história, na organização do espaço, no lazer, nas cosmovisões, nos idiomas, nas manifestações rituais de fé, do início da colonização até nossos dias, não somente têm sido ignorada, mas também combatida até o extermínio.

Por tudo isso:

A Igreja assume o compromisso de organizar seu esforço ministerial e os meios de que dispõe para que a sociedade como um todo conheça, respeite, valorize e defenda a biodiversidade do ecossistema brasileiro e a diversidade sociocultural dos indígenas.

Reconhece que a defesa da biodiversidade é a defesa da vida e como tal, um compromisso de todos os filhos e filhas do Deus da Vida e que a riqueza incalculável de cada um dos povos é patrimônio da humanidade e lugar de onde a sabedoria do Espírito de Deus manifesta-se. Pois "o cultuar a Deus se completa no oferecimento da vida em atos de amor e justiça (Ef 6.10-20; Dt 6.4-9; Sl 15)" (Cânones da Igreja Metodista, PVM item 1 pag 15).

7- Conclusão

O Colégio Episcopal reconhece o grande desafio da causa dos povos indígenas, principalmente em restituir a eles a dignidade de povos livres, possuidores de uma riqueza cultural singular, garantindo-lhes a posse e restituição da terra.

Sabendo ainda que é na Caminhada do Reino de Deus, espaço fraterno de justiça, onde todos nos encontramos, e onde encontramos os valores que nos movem a solidarizarmos com a causa indígena, desejamos, assim, que estas diretrizes aqui aprovadas sejam sinalizadoras do compromisso de uma Igreja Comunidade Missionária a Serviço do Povo.

São Paulo, 11 de Agosto de 1993.

Bispo Geoval Jacinto da Silva
Sec. do Colégio Episcopal

Bispo Adriel de Souza Maia
Pres. do Colégio Episcopal